

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.351, DE 2022

Dispõe sobre a apresentação, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de informações relativas ao atendimento de crianças e adolescentes.

Autora: Deputada MARIA ROSAS

Relator: Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER

I - RELATÓRIO

O Projeto, em epígrafe, de autoria da Deputada Maria Rosas, dispõe sobre a apresentação, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de informações relativas ao atendimento de crianças e adolescentes.

Em sua justificção do Projeto, a Deputada Maria Rosas destaca que o SIPIA, Sistema de Informações sobre a Infância e Adolescência, é citado no art. 260-I, inciso V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Deputada Maria Rosa assinala, em relação ao SIPIA, que a “sua implantação tem sido algo morosa, em especial por força da demora em Municípios adotarem as providências técnicas para interligação ao sistema eletrônico administrado pelo Governo Federal.”

A autora do Projeto lembra ainda que a sua proposição que aqui se examina “pode contribuir para acelerar esse processo, além de estabelecer um período de referência para apresentação dos dados que formarão a base nacional.”



O Projeto de Lei nº 1.351, de 2022, foi distribuído para a Comissão de Seguridade Social e Família e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, à qual incumbe examinar a matéria segundo o disposto no art. 54, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ela sujeita-se à apreciação conclusiva, na forma do art. 24, inciso II, também do Regimento Interno da Casa, e tem, consoante o art. 151, inciso III, do mesmo diploma legal, regime ordinário de tramitação.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a matéria, nos termos do voto da relatora naquele Colegiado, a Deputada Daniela do Waguiinho.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inciso IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A União tem competência, dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre a proteção da infância e da juventude, na forma do art. 24, inciso XV, da Constituição da República. A proposição é, assim, materialmente constitucional.

Quanto à constitucionalidade formal, constata-se que não há óbice à iniciativa de Parlamentar na matéria. Vale lembrar se tratar, aqui, de uma lei geral, alcançando a totalidade dos governos municipais e do Distrito Federal, e não de um comando específico para um Poder Executivo, o que violaria o princípio da separação dos Poderes

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria do Projeto em nenhum momento transgride os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.



No que concerne à técnica e à redação legislativa, constata-se a necessidade de adequar a proposição ao disposto no art. 12, inciso III, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, introduzindo a matéria na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se da hipótese de alteração não muito significativa ao que já dispõe lei preexistente.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (na forma do Substitutivo anexo) do Projeto de Lei nº 1.351, de 2022.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.351, DE 2022

Altera o art. 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a apresentação, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de informações relativas ao atendimento de crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a apresentação, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de informações relativas ao atendimento de crianças e adolescentes, previstas no art. 260-I, inciso V, da citada Lei.

Art. 2º Acrescenta-se o inciso VII ao art. 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

Art. 260-I.....
.....

VII - as autoridades distritais e municipais responsáveis pelo atendimento a crianças e adolescentes devem apresentar ao Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência, anualmente e no mês de maio, de acordo com o inciso V. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER



Relator

